



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

## SENTENÇA

Processo nº: **4000419-49.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **OLGA REGINA MARTANI DEBENEDETTI**  
 Embargado: **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

OLGA REGINA MARTANI DEBENEDETTI, ajuizou ação de Embargos de Terceiro em relação à execução proposta pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra GIOVANELLA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, sob o fundamento de que o imóvel descrito na inicial passou a lhe pertencer, quando se separou judicialmente de Antenor Rodrigues de Camargo Filho, em 23/07/1999, portanto, antes do ajuizamento da execução, não obstante não tenha registrado a Carta de Sentença, razão pela qual não poderia ter sido penhorado.

O embargado apresentou contestação a fls. 48/52, reconhecendo a procedência do pedido.

### É O RELATÓRIO.

#### PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

Além do seu reconhecimento feito pelo embargado, observa-se que a aquisição do bem, em virtude da separação da autora e de Antenor Rodrigues de Camargo Filho ocorreu, de fato, antes do ajuizamento da ação de execução.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, II do Código de Processo Civil e procedente o pedido, para o fim de determinar que seja levantada a penhora que recai sobre o imóvel aqui reivindicado.

Dê-se ciência ao SRI competente, para as providências necessárias.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

Considerando-se o princípio da causalidade, tem-se que o embargado não tinha como saber da aquisição do bem pela autora, em virtude da partilha dos bens do casal, já que a carta de sentença não foi registrada, não se lhe podendo atribuir a causa da instauração da lide, com a constrição indevida, nem lhe condenar a arcar com as custas e honorários advocatícios.

**P R I C**

São Carlos, 22 de janeiro de 2014.